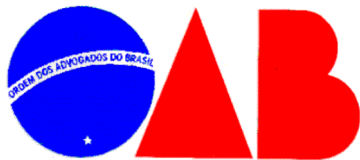


ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 28 de novembro de 1998, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material para consulta, conforme edital.



Prova Objetiva do III EXAME DE ORDEM / 1998
31/10/98

01. No âmbito do Conselho Federal da OAB, o Secretário-Geral Adjunto, o Tesoureiro e o Secretário-Geral (integrantes da Diretoria da Entidade) presidem, respectivamente:

- a) () a 2ª Câmara, a 1ª Câmara e a 3ª Câmara
- b) () a 3ª Câmara, a 1ª Câmara e a 2ª Câmara
- c) () a 1ª Câmara, a 3ª Câmara e a 2ª Câmara
- d) () a 2ª Câmara, a 3ª Câmara e a 1ª Câmara

02. A Lei nº 8.906/94 estabelece quais são os órgãos da OAB. Assinale, abaixo, a alternativa correta:

- a) () o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Subseções; o Instituto dos advogados Brasileiros.
- b) () o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Subseções; as Caixas de Assistência dos Advogados;
- c) () o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Subseções; os Tribunais de Ética e Disciplina;
- d) () o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais, as Caixas de Assistência dos Advogados; os Tribunais de Ética e Disciplina;

03. Dentre as afirmativas abaixo, somente uma está incorreta. Assinale-a.

- a) () É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.
- b) () É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- c) () O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.
- d) () Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para esclarecimentos, ou do representado para a defesa prévia, em qualquer caso no prazo de 10 (dez) dias.

04. Estabelece o Código de Ética e Disciplina da OAB que a representação contra Presidentes dos Conselhos Seccionais é processada e julgada:

- a) () Pelos Conselhos Plenos das respectivas Seccionais;

- b) () Pelo Conselho Federal;
- c) () Pelo Colégio de Presidentes de Seccionais;
- d) () Pelos Tribunais de Ética e Disciplina das Seccionais respectivas.

05. Dentre as situações abaixo listadas, somente uma não gera cancelamento da inscrição do advogado, mas, apenas, licenciamento do profissional. Assinale-a.

- a) () quando o advogado sofrer a penalidade de exclusão;
- b) () quando o advogado sofrer doença mental considerada curável;
- c) () quando o advogado perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição;
- d) () quando o advogado passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.

06. Dentre as afirmativas abaixo, somente uma está correta. Assinale-a.

- a) () É permitido ao que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, após seis meses de seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento;
- b) () A incompatibilidade determina a proibição parcial, e o impedimento a proibição total do exercício da advocacia;
- c) () É facultativa a indicação do nome e número de inscrição do advogado em todos os documentos por ele assinados, no exercício de sua atividade;
- d) () O pagamento da contribuição anual à OAB isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.

07. Dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB que, dentre as sanções disciplinares, está a multa, aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes. Qual a variação (mínimo e máximo) do valor das multas?

- a) () no mínimo: um salário-mínimo; no máximo: 20 salários-mínimos;
- b) () no mínimo: o valor correspondente a uma anuidade; no máximo: o valor correspondente ao décuplo da anuidade; .
- c) () no mínimo: o valor correspondente a uma anuidade; no máximo: o valor correspondente a 20 (vinte) anuidades;
- d) () no mínimo: o valor correspondente ao dobro da anuidade; no máximo: o valor correspondente a 20 (vinte) anuidades.

08. Dentre as competências do Conselho Federal da OAB está a de autorizar a oneração ou alienação de seus bens imóveis. Indaga-se: no âmbito da Entidade, quem pode dar tal autorização?

- a) () o Presidente do Conselho Federal da OAB;
- b) () a Diretoria do Conselho Federal da OAB;
- c) () dois terços das delegações, formadas, cada uma delas, por três Conselheiros Federais;
- d) () a maioria absoluta das delegações, formadas, cada uma delas, por três Conselheiros Federais.

09. Cada Conselho Seccional da OAB, constatando grave violação de seu Regimento Interno ou da Lei 8.906/94 por parte de uma Subseção situada em sua área de jurisdição,

nela pode intervir. Como tal medida se efetivará?

- a) () mediante decisão pessoal do Presidente do Conselho Seccional;
- b) () mediante Resolução da Diretoria do Conselho Seccional;
- c) () Mediante o voto de dois terços dos membros do Conselho Seccional;
- d) () Mediante o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Seccional.

10. Qual o órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB?

- a) () A Conferência Nacional dos Advogados;
- b) () O Colégio de Presidentes das Seccionais da OAB;
- c) () O Colégio de Presidentes das Subseções da OAB;
- d) () O Instituto dos Advogados Brasileiros

11. Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição:

- a) () maliciosamente levada a efeito por aquele, a quem aproveita o seu inadimplemento.
- b) () cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte, a quem favorecer.
- c) () que suspende os atos conservatórios.
- d) () cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte, a quem desfavorecer.

12. A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial, e pode ser provada:

- a) () por arbitramento.
- b) () por inspeção judicial.
- c) () pela posse.
- d) () pela caução.

13. É escusada a ratificação expressa quando:

- a) () o ato é praticado pelo relativamente incapaz.
- b) () a obrigação já foi cumprida em parte pelo devedor, ciente do vício que a inquinava.
- c) () o ato ainda não foi julgado por sentença.
- d) () resulta de ato praticado pelo incapaz, sem autorização de seus legítimos representantes.

14. O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa fé, salvo:

- a) () quando as circunstâncias façam presumir que o possuidor ignorava que possuía indevidamente.
- b) () prova em contrário.
- c) () os atos precários.
- d) () quando une sua posse à do antecessor .

15. São responsáveis pela reparação civil:

- a) () os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime.
- b) () o proprietário do imóvel locado, proveniente das coisas que dele caírem.
- c) () o locatário pelo incêndio do prédio, mesmo no caso fortuito.
- d) () o locatário que consentir as reparações que o prédio necessitar .

16. O interesse do autor pode limitar-se à declaração:

- a) () da capacidade das pessoas.

- b) () ainda que tenha ocorrido violação do direito.
- c) () da legitimidade.
- d) () de ofício pelo juiz.

17. É competente o foro:

- a) () do lugar para a ação em que for réu o gestor de negócios alheios.
- b) () do lugar do ato onde está a sede da pessoa jurídica.
- c) () do lugar para a ação de reparação de danos.
- d) () do domicílio do devedor, nas ações de reparação de dano sofrido, em razão de delito de trânsito.

18. O recorrente poderá:

- a) () ouvido o recorrido desistir do recurso.
- b) () renunciar ao direito de recorrer, cuja validade fica sujeita a aceitação da outra parte.
- c) () recorrer após aceitar tacitamente a decisão.
- d) () interpor recurso, aderindo a outra parte, quando vencidos autor e réu.

19. Os embargos de declaração:

- a) () não interrompem o prazo de outros recursos.
- b) () são opostos no prazo de 10 (dez) dias.
- c) () não estão sujeitos a preparo.
- d) () podem ser opostos contra despacho de mero expediente.

20. Os embargos do devedor serão opostos à execução:

- a) () sendo rejeitados liminarmente quando forem parciais.
- b) () e recebidos no efeito devolutivo.
- c) () e oferecidos por um dos devedores suspende a execução contra os que não embargaram.
- d) () e podem versar sobre causa modificativo da obrigação.

21- Assinale a alternativa correta

- a) () Tratando-se de ação penal privada, é válida a queixa-crime contra apenas um dos ofensores.
- b) () Quando do recebimento da denúncia o Juiz pode alterar a classificação do crime.
- c) () A mulher casada pode requerer a instauração de inquérito policial independentemente de outorga marital.
- d) () Se o suspeito da prática de infração penal for membro do Ministério Público, a autoridade policial poderá indiciá-lo.

22- Assinale a alternativa correta

- a) () A retratação da retratação, vale dizer, o desejo do ofendido de não mais abrir mão da representação, pode ser admitida.
- b) () Na ação privada personalíssima a titularidade é única e exclusiva do ofendido, sendo vedado o seu exercício até mesmo ao seu representante legal, inexistindo, ainda, sucessão por morte ou ausência.
- c) () Em se tratando de Recurso em Sentido Estrito, da mesma forma que a Apelação, sendo a defesa a recorrente, é facultado arrazoar em segunda instância.

d) () No caso de crime previsto na Lei de Tóxicos, portanto de competência da Justiça Federal, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o indiciado preso por importar substância entorpecente, é de 5 (cinco) dias.

23- Assinale a alternativa incorreta

a) () No caso de sentença do juiz-presidente contrária à letra expressa da lei ou à decisão dos jurados, o Tribunal remete o réu a novo julgamento pelo Conselho de Sentença.

b) () Para que se inicie a contagem do prazo para oferecimento das Razões de Apelação é obrigatória a intimação do apelante.

c) () A fuga do réu, logo após o protesto por novo Júri, não acarreta a deserção, tal como ocorre com a apelação.

d) () No caso de agente menor de 21 anos, sendo emancipado, não é obrigatória a nomeação de curador.

24- Assinale a alternativa incorreta

a) () Os jurados não estão vinculados ao laudo pericial, podendo, inclusive, recusá-lo.

b) () No caso do réu apelar pelo mérito ao invés de protestar por novo Júri, poderá o Tribunal conhecer da apelação como se fosse o protesto.

c) () O mandado de segurança, em matéria penal, igualmente o *habeas corpus*, pode ser impetrado por qualquer pessoa, possua ou não capacidade postulatória.

d) () O Juiz não pode na sentença de pronúncia, determinar seja o nome do réu lançado no rol dos culpados.

25- Assinale a alternativa incorreta

a) () No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo três réus, o tempo para a tréplica é de 1 hora e 30 minutos.

b) () Não há que se falar em flagrante preparado quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, sem utilização de agente provocador .

c) () O MP ao oferecer o libelo não pode se afastar da capitulação contida na Sentença de Pronúncia.

d) () Nas contravenções penais, assinado o termo de apelação o apelante terá o prazo de 3 dias para apresentar Razões.

26- Assinale a alternativa incorreta

a) () No caso da vítima falecer, após o réu haver sido pronunciado e libelado por tentativa de homicídio, o libelo pode ser aditado para homicídio consumado.

b) () O desmembramento do julgamento no Tribunal do Júri, no caso de dois ou mais réus, é operado por ocasião do sorteio do Conselho de Sentença.

c) () No julgamento pelo Tribunal do Júri, o desmembramento, no caso de dois réus, cabe à defesa e a escolha do réu a ser julgado cabe ao MP .

d) () O Juiz, ao prolar a sentença condenatória, não concedendo o "sursis", apesar do réu fazer jus a tal, querendo este recorrer da sentença apenas para conseguir o benefício, deve interpor Recurso em Sentido Estrito.

27- Assinale a alternativa correta

a) () Interposto o Recurso em Sentido Estrito, o Juiz não o recebendo ou recebendo-o mas obstaculizando o seu prosseguimento, é cabível a oposição de Embargos de Declaração.

- b) () Um dos efeitos da Sentença de Pronúncia é o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.
- c) () A queixa apresentada na delegacia tem por consequência a instauração de inquérito.
- d) () A prescrição da pena em abstrato calcula-se pelo máximo da pena cominada ao crime.

28- Assinale a alternativa incorreta

- a) () Se o Juiz ao fixar a pena, omite uma causa de aumento, o MP deve valer-se de apelação.
- b) () Quem apresentando-se como interessado na aquisição de veículo à venda, pede para experimentá-lo e foge com ele, pratica, em tese, crime de apropriação indébita.
- c) () O efeito da procuração para fins de ação penal privada pode ser suprido a qualquer tempo, porém dentro do prazo decadencial.
- d) () No julgamento pelo Tribunal do Júri é permitida a acareação de testemunhas .após encerrados os debates.

29- Assinale a alternativa incorreta

- a) () A representação é retratável até antes do Juiz determinar a citação.
- b) () O Ministério Público tem legitimidade para apelar em favor do réu, seja a ação pública ou privada.
- c) () Sem reexame pelo Segundo Grau de Jurisdição, não transita em julgado a decisão que conceder a reabilitação.
- d) () Delegado de Polícia que, por amizade, deixa de instaurar inquérito contra funcionário, seu subordinado, que cometeu crime no exercício de suas funções, pratica delito de prevaricação.

30- Assinale a alternativa incorreta

- a) () Ofendículo, em direito penal, é meio de defesa do patrimônio (domicílio ou qualquer bem jurídico) de ataque ou ameaça.
- b) () A legítima defesa pode coexistir com o estado de necessidade.
- c) () Entre as infrações penais que não admitem tentativa encontram-se as contravenções.
- d) () Diz-se desistência voluntária quando o agente, tendo já ultimado o processo de execução do crime, desenvolve nova atividade impedindo a produção do resultado.

31. O empregado com jornada diária que se inicia às 3 horas da manhã e termina às 11 horas da manhã trabalha diariamente, conforme dispõe o artigo 73, § 1º, da CLT:

- a) () 8 horas;
- b) () 9 horas;
- c) () 8 horas e quinze minutos;
- d) () 8 horas, quinze minutos e 30 segundos.

32. Segundo o artigo 114 da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores, mas, antes do ajuizamento do dissídio coletivo:

- a) () trabalhadores e empregadores deverão promover negociação coletiva objetivando a assinatura de acordo coletivo ou convenção coletiva;
- b) () trabalhadores e empregadores deverão eleger árbitros com a finalidade de

estabelecer normas e condições de trabalho para a categoria;

c) () o sindicato profissional deverá ajuizar reclamação trabalhista plúrima visando a prorrogação do acordo coletivo preexistente;

d) () o sindicato patronal deverá ajuizar consignação em pagamento depositando em juízo os salários, já reajustados, dos empregados da categoria, até final decisão do dissídio coletivo.

33. Julgado o dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho e negando-se a empresa atingida por esse dissídio a cumpri-lo, caberá ao sindicato que congrega a categoria profissional:

a) () ajuizar reclamação trabalhista perante o TRT que julgou o dissídio, requerendo o cumprimento da decisão;

b) () ajuizar ação de cumprimento perante o TRT que julgou o dissídio, requerendo que a decisão seja obedecida;

c) () ajuizar reclamação trabalhista perante a Junta de Conciliação e Julgamento que, liminarmente, determinará o cumprimento da decisão coletiva;

d) () ajuizar ação de cumprimento perante a Junta de Conciliação e Julgamento para que o empregador seja compelido a cumprir a decisão coletiva.

34. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional:

a) () será feito por escrito, na língua do depoente ou testemunha, depois traduzido por tradutor juramentado;

b) () não será aceito depoimento de parte ou testemunha que não souber falar a língua nacional;

c) () será feito por meio de intérprete nomeado pelo juízo ou presidente;

d) () será feito por representante da embaixada ou consulado do país do depoente ou testemunha.

35. O decurso do prazo para interposição de recurso ordinário sem que a parte interessada tenha se utilizado desse remédio recursal atrai:

a) () a prescrição do direito de ação;

b) () a deserção do recurso não interposto;

c) () a intempestividade do recurso não interposto;

d) () a preclusão do direito de recorrer.

36. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica gozam, na Justiça do Trabalho:

a) () do prazo em dobro para contestar a reclamação;

b) () da dispensa de depósito para interposição de recurso;

c) () do prazo em quádruplo para interposição de recurso;

d) () do pagamento de custas com o recurso ordinário, salvo quanto à União Federal, que as pagará antecipadamente com o oferecimento da defesa.

37. O dirigente sindical não poderá ser demitido do empregado porque detentor de estabilidade provisória, salvo se:

a) () for apurado em procedimento administrativo o cometimento de falta grave;

- b) () renunciar expressamente à estabilidade provisória que detém;
- c) () for apurado em inquérito policial que o dirigente é suspeito de crime contra o patrimônio da empresa;
- d) () for apurado pelo Tribunal de Contas da União que o sindicato ao qual pertence o dirigente não prestou corretamente suas contas anuais.

38. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, mas não integram o seu salário:

- a) () as gorjetas que receber;
- b) () as comissões;
- c) () as gratificações ajustadas;
- d) () diárias de viagens que excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado. .

39. Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher:

- a) () o fato de haver contraído matrimônio, sem o consentimento dos pais;
- b) () o fato de encontrar-se em estado de gravidez, sem ser casada;
- c) () o fato de negociar habitualmente no recinto da empresa, sem autorização do empregador;
- d) () o fato de haver contraído empréstimo bancário superior ao seu salário.

40. Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas:

- a) () as mesmas promoções que o empregado substituído vier a receber;
- b) () a mesma remuneração e aumentos salariais concedidos ao substituído;
- c) () a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior;
- d) () a mesma remuneração do substituído e férias após a substituição.

41. Se, por acaso, o Município de Cajazeiras -PB estivesse localizado em divisa do Brasil com outro País, as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras lá situadas teriam natureza jurídica de:

- a) () Bens públicos dominicais estaduais.
- b) () Bens públicos dominicais municipais.
- c) () Bens públicos dominicais federais.
- d) () Bens de uso comum do povo municipais.

42. Demitido ilegalmente do cargo que ocupava, o funcionário público da Prefeitura Municipal de Cajazeiras -PB, João Pedro, impetrou mandado de segurança e teve sua demissão invalidada, por sentença, reintegrando-se no cargo. Neste caso, o ocupante de sua vaga foi:

- a) () Demitido.
- b) () Exonerado.
- c) () Posto em disponibilidade.
- d) () Reintegrado.

43. A Administração descentralizada ou " Administração Indireta" é expressão que,

estabelecida pela legislação federal, designa as seguintes entidades:

- a) () Autarquias, concessionárias e permissionárias.
- b) () Permissionárias, empresas públicas e concessionárias.
- c) () Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) () Fundações públicas, empresas públicas e permissionárias.

44. O desfazimento do ato complexo se procede:

- a) () Pela manifestação do Poder Judiciário.
- b) () Pela manifestação dos Poderes Executivo e Legislativo.
- c) () Pela manifestação das mesmas autoridades que o editaram.
- d) () Pela manifestação dos Poderes Legislativo e Judiciário.

45. A modalidade de licitação entre interessados previamente registrados, observada a necessária habilitação, toma o nome de:

- a) () Convite.
- b) () Leilão.
- c) () Tomada de preços.
- d) () Concorrência.

46. O Crédito Tributário nasce com:

- a) () o fato gerador.
- b) () a lei.
- c) () a obrigação tributária.
- d) () o lançamento.

47. Quando o pagamento de um tributo foi efetuado indevidamente, o mesmo deve ser restituído. Essa restituição é chamada de:

- a) () devolução.
- b) () remição.
- c) () remissão.
- d) () repetição do indébito.

48. As reclamações efetuadas perante a autoridade administrativa (reclamações administrativas) ensejam a formação do processo administrativo fiscal (contencioso administrativo), sendo iniciadas com:

- a) () os recursos.
- b) () o mandado de segurança.
- c) () a medida liminar.
- d) () a impugnação.

49. Assinale a alternativa incorreta:

- a) () A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório em virtude de calamidade pública.
- b) () A União mediante lei complementar poderá instituir empréstimo compulsório em virtude de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o Princípio da Anterioridade.
- c) () A receita do empréstimo compulsório deve ser vinculada à despesa que fundamentou

sua instituição.

d) () A União poderá instituir empréstimo compulsório em virtude de conjuntura econômica que exija absorção temporária de poder aquisitivo.

50. O Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária diz que:

a) () é vedado cobrar tributos sem lei anterior que o estabeleça.

b) () nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

c) () a lei tributária nunca pode retroagir.

d) () é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

OAB - Distrito Federal 1º fase - 3º Exame 1998 ARQUIVO 2086

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO III EXAME DE ORDEM DE 1998

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	B
3	D
4	B
5	B
6	D
7	B
8	D
9	C
10	A
11	D
12	A
13	B
14	B
15	A
16	B
17	C
18	D
19	C
20	D
21	C
22	B
23	A
24	C
25	A

QUESTÃO	RESPOSTA
26	D
27	D
28	B
29	A
30	D
31	C
32	A
33	D
34	C
35	D
36	B
37	B
38	A
39	C
40	C
41	C
42	C
43	C
44	C
45	C
46	D
47	D
48	D
49	D
50	D